



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR**  
**EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Processo nº 0600089-21.2024.6.21.0072**

**Procedência:** 072ª ZONA ELEITORAL DE VIAMÃO/RS

**Recorrente:** LUIS ROBERTO ROSA RODRIGUES

**Relator:** DES. FEDERAL RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA

**P A R E C E R**

**RECURSO ELEITORAL. INDEFERIMENTO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. VEREADOR. ELEIÇÕES 2024. DESNECESSÁRIA A DESINCOMPATIBILIZAÇÃO. ATUAÇÃO EM MUNICÍPIO DIVERSO DO QUAL CONCORRE AO PLEITO. IMPOSSIBILIDADE DE INFLUÊNCIA NA DISPUTA ELEITORAL. PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO.**

Trata-se de recurso eleitoral interposto por LUIS ROBERTO ROSA RODRIGUES contra sentença prolatada pelo Juízo da 72ª Zona Eleitoral de VIAMÃO/RS, a qual **indeferiu** seu pedido de registro de candidatura para concorrer ao cargo de Vereador no Município de Viamão, sob o fundamento de que ele não apresentou regular prova de desincompatibilização, em infringência ao art.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019.

A sentença consignou que “O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo indeferimento do pedido de registro, pois o protocolo de desincompatibilização apresentado é de 08/07/2024.” (ID 45734204)

Irresignado, o recorrente alega que está “afastada a necessidade de desincompatibilização em razão do exercício da função pública [ser realizado] em município diverso do que pretende concorrer”. Com isso, requer a reforma da decisão. (ID 45734209)

Após, foram os autos remetidos a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.

Assiste razão ao recorrente. Vejamos.

Conforme consta nos autos, o recorrente é servidor do Hospital Sanatório Partenon de **Porto Alegre**, o que é reconhecido pela própria instituição em ofício encaminhado à Promotoria Eleitoral. (ID 45734193, p. 3)

Ocorre que LUIS ROBERTO ROSA RODRIGUES é candidato a vereador em outro município, **Viamão**. (ID 45734191)

O entendimento do e. TSE é de que, nesses casos, não é necessária a desincompatibilização do cargo. A ver:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

ELEIÇÕES 2020. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. VEREADOR. DEFERIMENTO NA ORIGEM. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 1.022 DO CPC E 275 DO CÓDIGO ELEITORAL NÃO DEMONSTRADA. CONDENAÇÃO POR ABUSO DE PODER E CONDUTA VEDADA EM ÓRGÃO COLEGIADO. SANÇÕES DE CASSAÇÃO DO MANDATO E DE MULTA. DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE. INCIDÊNCIA IMEDIATA. CONFIGURAÇÃO DAS CAUSAS DE INELEGIBILIDADE PREVISTAS NO ART. 1º, I, d E j, DA LC Nº 64/1990. REFORMA DO ACÓRDÃO REGIONAL QUANTO AO PONTO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. **ATUAÇÃO EM MUNICÍPIO DIVERSO DO QUAL CONCORRE AO PLEITO. IMPOSSIBILIDADE DE INFLUÊNCIA NA DISPUTA ELEITORAL.** REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 24/TSE. **DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DESPICIENDA. PRECEDENTES.** SÚMULA Nº 30/TSE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO PARA INDEFERIR O REGISTRO DE CANDIDATURA DE FERNANDO JOSÉ CASTRO CABRAL, COM FULCRO NAS INELEGIBILIDADES PREVISTAS NO ART. 1º, I, d E j, DA LC Nº 64/1990.

1. [...]

6. Nos termos do que restou consignado pela Corte regional, o exercício, pelo candidato, das funções referentes ao cargo de auditor federal de controle externo ocorria em circunscrição diversa da qual concorreu a vereador, **sendo despicienda a desincompatibilização.**

7. Entender que o servidor público tem competência funcional para afetar a igualdade de condições no pleito, como pretende o recorrente, encontra óbice na Súmula nº 24/TSE.

8. **Se o servidor exerce suas atividades em outro município, não se opera a regra de incompatibilidade, de modo que a natureza da atividade desenvolvida pelo servidor público é indiferente para a determinação do afastamento. Precedentes.**

9.[...]



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

(TSE. REspEI nº 060009051, Relator Min. Edson Fachin, publicado em 23/11/2021 - g. n.)

Dessa forma, deve prosperar a irresignação.

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **desprovemento** do recurso.

Porto Alegre, 29 de setembro de 2024.

**CLAUDIO DUTRA FONTELLA**

Procurador Regional Eleitoral